



## PODER

A expectativa de Lula é de que a renovação no primeiro escalão ajude a oxigenar a “fábrica de políticas públicas” do governo. Para especialistas, porém, petista deveria ampliar o diálogo com classe média e sindicalistas para melhorar popularidade

# Hora de arrumar a casa

» MAYARA SOUTO  
» VICTOR CORREIA  
» ISRAEL MEDEIROS

Evaristo Sá/AFP



Passado o carnaval e o frenesi do Oscar, o governo agora volta a se preocupar com a significativa queda na popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O petista enfrenta o pior cenário em seus três mandatos: ele é mais rejeitado, inclusive, do que quando enfrentou o escândalo do mensalão — um dos maiores casos de corrupção da história brasileira. São 24% de aprovação, segundo pesquisa DataFolha divulgada em 14 de fevereiro, contra 28% entre outubro e dezembro de 2005. Nessa última pesquisa, o índice de rejeição foi a 41%.

Diante da insatisfação do eleitorado, Lula pressiona seus ministros pedindo mais “agressividade” para elaborar políticas públicas e tornar aquelas existentes em marcas que poderão ser usadas na campanha de 2026. Analistas políticos apontam que o presidente se afastou de sua base eleitoral — formada principalmente pela população mais carente, por mulheres e nordestinos, e decepcionou a classe média e os setores informais da economia.

Essa tese foi confirmada pela mesma pesquisa DataFolha, que identificou que houve um aumento na rejeição desses setores. Entre os entrevistados que têm renda de até dois salários mínimos, por exemplo, a aprovação caiu de 44% para 29%. Eles representam 51% da amostra populacional do instituto, com margem de erro de três pontos percentuais.

Parte desse derretimento é fruto de uma sucessão de crises políticas e uma evidente lentidão para lidar com a desinformação da direita nas redes sociais. Foi assim com as notícias falsas e a polêmica sobre a taxa de Pix em janeiro, por exemplo, o principal motivo da alta de rejeição, segundo os ouvidos pelo levantamento. Depois que a oposição se aproveitou do vácuo de comunicação — na época saía Paulo Pimenta (PT-RS) e entrava Sidônio Palmeira na Secretaria de Comunicação Social do Governo —, o Executivo voltou atrás na portaria da Receita Federal que gerou toda a crise e deixou vários contribuintes desconfiados.

Outra pesquisa divulgada no último 26, desta vez da Genial/Quaest, destacou que a aprovação de Lula supera a aprovação nos oito estados brasileiros avaliados, que respondem juntos por 62% dos eleitores. A rejeição está mais alta mesmo em estados onde o petista ganhou em 2022, como Bahia (51%) e Pernambuco (50%). Além disso, o chefe do Executivo é rejeitado nos maiores colégios eleitorais: São Paulo (69%), Minas Gerais (63%) e Rio de Janeiro (64%).

“Acho que hoje o que mais diz sobre a baixa popularidade é o aumento do preço dos alimentos, que também já está (presente) desde a última pesquisa. De certa maneira, houve um acúmulo das coisas e há, neste momento, uma percepção da população de não estar esperando muito mais coisas positivas do governo. A sensação que eu tenho é que não é exatamente uma questão que culminou na baixa

popularidade, é o acúmulo e o desencanto, de certa maneira, em relação ao resto do governo”, avalia Leonardo Paz Neves, cientista político da FGV.

Para o também cientista político Jorge Mizael, o caso do Pix taxado simboliza um desgaste na relação com a classe média e setores informais — por exemplo, trabalhadores por aplicativo. Ele aponta que o governo criou muito ruído ao tratar da crise, deixando que a narrativa negativa se consolidasse rapidamente. “Isso mostra que, em tempos de redes sociais, a comunicação reativa e confusa pode ser tão danosa quanto a política em si”, comentou. Mizael alerta que Lula precisa ampliar o diálogo com os setores que se afastaram, como classe média, sindicalistas e representantes setoriais, com ênfase na economia como fator decisivo para 2026.

O advogado e cientista político vai na mesma direção,

acrescentando que Lula não conseguiu implementar as medidas que o elegeram em 2022. “Você tem descontentamento, porque o governo não se mostra firme o bastante para fazer aquilo que foi prometido. Em uma tentativa de agradar mais ou menos a todos, acaba tendo dificuldades e não agradando basicamente a ninguém”, avaliou.

### Dança das cadeiras

Em busca do famigerado perfil mais “agressivo” e político no segundo momento do governo, Lula iniciou na última semana a reforma ministerial. Depois de uma fritura pública que levou semanas, o petista demitiu Nísia Trindade, ministra da Saúde, e anunciou o ministro Alexandre Padilha, então chefe da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), como substituto.

Dias depois, indicou a deputada Gleisi Hoffmann (PR),

presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), para ocupar a vaga em aberto de Padilha. A escolha surpreendeu líderes do Centrão no Congresso, que trabalhavam para colocar um representante do grupo na SRI, já que, segundo eles, Gleisi tem perfil que se aproxima mais do confronto do que da conciliação.

“A deputada Gleisi é uma escolha que reforça a ligação do governo com a base mais ideológica do PT, mas sua relação com o Congresso, especialmente com o Centrão, é tensa. Se o objetivo era melhorar a articulação política, essa escolha pode não trazer o resultado esperado. Se repetir o isolamento que Padilha teve com Arthur Lira e outros líderes partidários, a governabilidade pode ficar ainda mais frágil”, avalia o cientista político Jorge Mizael.

A expectativa de Lula é de que a renovação no primeiro escalão ajude a oxigenar a “fábrica de políticas públicas” do governo e de

### » Dossiê contra Michelle Bolsonaro

O deputado federal Lindbergh Farias (PT-RJ) quer reunir informações contra a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro (PL) para defender a atual ocupante do posto, Rosângela da Silva, a Janja, de críticas da oposição ao governo Luiz Inácio Lula da Silva. O parlamentar enviou ofícios à Polícia Federal, à Casa Civil e à Controladoria Geral da União (CGU) pedindo informações sobre viagens, gastos e investigações em andamento contra a mulher do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

material para que o marketing de Sidônio Palmeira reaproxime o Planalto do eleitor.

A professora de ciência política da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) Luciana Santana acredita que algumas ações recentes do presidente nesse sentido podem surtir efeito nas pesquisas futuras, como o pagamento do Pé-de-Meia e a gratuidade dos medicamentos da Farmácia Popular. Sobre a entrada de Gleisi no governo, no entanto, avalia que o reforço do espaço do PT pode isolar politicamente o Planalto.

“Aí é difícil vislumbrar qual quer melhora de cenário para o governo Lula. O eleitorado pode não gostar, eu posso não gostar, mas governabilidade é isso: compartilhar poder”, disse a especialista, que acredita que Lula teria mais condições de angariar apoio para 2026 abrindo mais espaço no governo para as legendas de centro.

Depois de arrumar a casa, a prioridade do Palácio do Planalto será avançar na lista de pautas prioritárias no campo econômico. Com a iminência de um entendimento entre Judiciário, Congresso e Legislativo sobre a questão da transparência das emendas parlamentares — fundamentais para vencer os deputados e senadores a embarcar na agenda de Lula —, as probabilidades são favoráveis. Resta saber se a articulação política comandada por Gleisi e a ânsia de ministros do Centrão permitirão.

Carlos Vieira/CB/DA Press.



Deputado é cogitado para Secretaria-Geral da Presidência, responsável pela articulação com movimentos sociais

## Boulos cotado para ministério

Após a deputada federal Gleisi Hoffmann (PT-PR) ser confirmada na Secretaria de Relações Institucionais, o foco da reforma ministerial deve ser a troca na Secretaria-Geral de Governo, que hoje está nas mãos do petista Márcio Macêdo. Dentro do Palácio do Planalto, há insatisfação com o trabalho do baiano na pasta, que tem como uma das responsabilidades dialogar com movimentos sociais.

Macêdo circula como um dos ministros “pendurados” desde o ano passado e a própria Gleisi foi cotada para o cargo, mas demonstrou mais interesse em tocar a articulação política do governo. Durante o feriado de carnaval, o nome do deputado Guilherme Boulos (PSol-SP) começou a circular na imprensa como possível escolhido. Segundo o jornal *Folha de S.Paulo*, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva citou o nome de Boulos em algumas conversas sobre uma eventual substituição na Secretaria-Geral.

Boulos, eleito deputado federal com mais votos em São Paulo

em 2022, já foi líder do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Ele perdeu sua segunda eleição para a Prefeitura de São Paulo em 2024, mesmo com o apoio do governo Lula. Com perfil político combativo nas redes sociais, Boulos integra um grupo do PSol mais alinhado às políticas do governo.

Sua ida para o ministério tiraria espaço do PT na Esplanada, o que pode gerar resistência dentro do partido. Deputados do PT consultados pelo *Correio* acham que é baixa possibilidade de Boulos assumir a Secretaria-Geral. Parte disso se deve à característica do cargo, que, segundo eles, exige um diálogo próximo com diversas organizações da sociedade civil.

Outro impedimento é o histórico de Boulos, frequentemente taxado como radical por setores de centro e de direita. Embora tenha se afastado da militância de rua e caminhado mais em direção ao centro, o “Boulos do antigo testamento” ainda motiva críticas e apelidos jocosos, por parte de colegas

parlamentares de extrema-direita, de “invasor de terras”.

### Presidência do PT

No PT, além da possível perda de espaço no Palácio do Planalto, outro assunto que vai ocupar a cúpula da sigla é a sucessão da presidência da legenda. Com Gleisi prometida à SRI, a sigla fará, nesta sexta-feira, uma reunião para tratar do tema. A petista passou quase oito anos no comando do partido e vai se licenciar do cargo — embora em dezembro tenha dito que gostaria de terminar o mandato, que acaba no meio do ano — para assumir o ministério.

Um dos favoritos é o senador Humberto Costa (PT-PE), que já foi ministro da Saúde de Lula de 2003 a 2005. Aliados na sigla tentam costurar um acordo para que ele assuma interinamente até a eleição em julho, quando poderá se candidatar formalmente. Outro nome possível é o do líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE). (IM)